



# MANIFESTO as *delegadas e delegados* do 33º Congresso do SINPEEM

**O**33º Congresso do SINPEEM acontece em um momento de acirramento de crises econômicas, sociais e políticas. Mundialmente, há um aumento das tendências belicistas, na África, no Oriente Médio, no Leste europeu, ou mesmo na Oceania, de agravamento dos choques entre os estados pela disputa de mercados e também da opressão nacional, que avançam sem perspectiva de resolução, lavrando o solo desses territórios com o sangue dos trabalhadores e demais oprimidos. As justificativas são inúmeras, destacando-se o pretexto de auto-defesa e luta contra o terrorismo, para continuar o massacre sionista contra o povo palestino. O que temos, de fato, é a necessidade imposta aos países imperialistas de expandir seu acesso às fontes de energia e de matéria-prima, e de recuperar suas áreas de influência econômica e geopolítica, opondo os países imperialistas à Rússia e à China.

No Brasil, essa tendência se manifesta com o avanço da violência nas periferias das cidades e no campo, com o avanço do massacre dos povos originários, das populações quilombolas e do campesinato pobre e sem terra, pelo Agro, pelos latifundiários e garimpeiros, cuja solução encontrada pelo governo federal foi o pagamento de milhões de reais aos ruralistas genocidas, em nome das “benfeitorias” realizadas nas terras. Isso, enquanto a Frente Amplia, capitaneada pelo PT, que governa o país, desvia os trabalhadores de organizarem a luta com seus próprios métodos, com o engodo de que as vias institucionais são a solução para todos os problemas, ignorando propositalmente seu caráter de classe, que é burguês, e aplicando um plano econômico que atende diretamente o capital monopolista, os bancos e os especuladores do mercado financeiro.

A despeito de qualquer resultado nas eleições municipais, as tendências indicam para o aprofundamento dos ataques aos trabalhadores, com o avanço das contrarreformas, inclusive a administrativa, que ataca diretamente o funcionalismo público, e com o avanço das privatizações e terceirizações nesse setor, em especial a Educação.

Os movimentos grevistas que, nos últimos 2 anos, passaram dos milhares espalhados pelo país, são um sinal de que os trabalhadores têm predisposição para ir à luta, e sabem que ESSE é o caminho correto contra os ataques de TODOS os governos; porém, via de regra, as direções sindicais e políticas burocratizadas, todas ligadas diretamente à Frente Amplia ou ao centrismo, trataram de ser o braço dos patrões dentre nossas fileiras, abandonando a luta pelas reivindicações e seus métodos. Traem os trabalhadores organizados, agindo como verdadeiros muros de contenção para o avanço

da luta de classes, e impõem no interior dos sindicatos as medidas e políticas governistas. Esse movimento das direções burocratizadas se dá em favor de uma política exclusivamente eleitoreira, pacifista e de conciliação de classes com os governos de turno, buscando galgar espaços nos órgãos executivos e legislativos da democracia burguesa.

Esse cenário de immobilismo das direções políticas e sindicais também se estende à Educação do Município, que caminha a passos largos para o sucateamento e precarização, que já tomaram a rede estadual. Há anos, a política de abono complementar cumpre o papel do arrocho salarial, com valorização real praticamente inexistente. As condições de trabalho se precarizam cada vez mais, com o avanço das terceirizações nas unidades escolares, com contratos cada vez mais desvantajosos às trabalhadoras da limpeza, cozinha, vigilância, e também de assistência às crianças com deficiência. Somente neste ano de 2024, já houve problemas de não pagamento salarial e atraso de benefícios de diversas trabalhadoras. Há também o avanço das privatizações nas escolas, já predominante nas CEIs, e que se encaminha para as EMEIs e EMEFs, vide o caso das CEIs conveniadas, que começam a atender a demanda de 4 e 5 anos, das CEMEIs indiretas, e do Liceu Coração de Jesus, agora administrado pela Prefeitura.

O próximo passo nessa política é a aprovação da privatização da gestão das escolas e a “plataformização”, que nas escolas estaduais representou o cerceamento da liberdade de cátedra e do pensamento crítico, o sobretrabalho para os professores e o aumento exponencial da perseguição aos trabalhadores. Nesse mesmo bojo, e sempre em consonância com seu par no governo estadual, Tarcísio Freitas, o atual governo Nunes já acenou que irá aderir às escolas cívicos-militares, símbolo do recrudescimento do regime, com o avanço do controle e repressão aos trabalhadores organizados, e também parte dessa política de privatização, que avança sobre as escolas públicas. Também se aprofunda a imposição do SP Integral, que para sua implementação resultou no fechamento de salas, principalmente no período noturno, diminuindo a oferta de salas para Ensino Médio e EJA, oferecidas a estudantes que já trabalham, e que recentemente foi repassada à administração do SESI. Dentre as consequências mais imediatas, está a desorganização dos turnos das escolas e das jornadas de diversos professores, em suma, precarizando o atendimento e as condições de trabalho dentro das unidades.

Como se vê, uma enxurrada de ataques desaba sobre os trabalhadores da educação, atingindo diretamente suas condições objetivas de vida e de trabalho, em sua

organização nos locais de trabalho; enquanto isso, a direção burocrática do SINPEEM, junto a um setor, dito de “oposição”, diretamente subordinado ao governo federal, assim como os burocratas, tratou de direcionar toda a energia e disposição de luta para as disputas eleitorais. O exemplo derradeiro do abandono desses setores foi a nossa campanha salarial no mês de Março. Eram milhares de trabalhadores mobilizados para fazer vigília, imóveis em frente à Câmara dos Vereadores, sem nenhum fechamento de via importante. As direções sindicais não apoiaram e/ou fortaleceram nenhum comando de greve regional de base, que, a despeito dessa traição, conseguiram manter viva a greve pelo tempo que durou.

O abandono de nossos métodos próprios de luta em detrimento da campanha parlamentar, que iria culminar somente agora em outubro, foi nítido desde o início, com a democracia operária sendo menosprezada nas assembleias, com somente aqueles “diretores” que teriam falas pouco ou nada incômodas à burocracia tendo o direito de falar no caminhão, e nós da UICC sendo sumariamente SILENCIADOS nos atos, com a anuência dos outros grupos de “oposição”, que possuíam diretores “habilitados” a falar. Mas a “tragicomédia” derradeira se deu na assembleia de encerramento: uma greve derrotada de forma acachapante, com santinhos sendo distribuídos com os pré-candidatos que poderiam nos representar no parlamento burguês, e toda a oposição reformista e centrísta de braços dados celebrando nosso assolamento. Confirmando nosso prognóstico de que a suposta oposição que compõe a direção não se diferencia na essência da burocracia sindical, pelo contrário, são aliados eleitorais, se subordinam às manobras e manejos burocráticos, sendo cúmplices objetivos da traição das lutas em nome de interesses aparelhistas.

Foi uma política deliberada de desacreditar nossos

métodos históricos de luta, de boicotar as tendências de luta que cresciam, de trabalhar contra a unidade com o funcionalismo municipal e estadual, sendo que, na reunião de representantes seguinte, a direção tentou impedir o balanço da greve a todo o custo, tendo sido atropelada pela intervenção perpetrada pela UICC.

Agora, após o choque de realidade imposto pelas eleições burguesas, temos um congresso sindical que novamente será tomado por palestras motivacionais, massagens, atividades formativas, show de comédia e musicais, e com os espaços de deliberação e organização política mais reduzidos, burocratizados e relegados a segundo plano. O pouco tempo disponibilizado para essas discussões – uma manhã e uma tarde – mal serve para se discutir um item por completo, o que torna a discussão do problemático “texto referência” uma tarefa árdua. A redução quase que pela metade do número de caracteres que os grupos de oposição podem usar em suas emendas tornou essa tarefa ainda mais hercúlea.

A tendência para os próximos períodos é de avanço e aprofundamento dos ataques, com a chegada das escolas cívico-militares, privatização das gestões, aumento das terceirizações, o arrocho salarial e a plataformização. É de suma importância que, diante desse quadro, avancemos na compreensão de que essa submissão às políticas, instituições e aos governos burgueses, perpetrados pelas burocracias e também pelas oposições reformistas e centrísticas, nos tem levado a derrotas cada vez mais profundas e à desorganização como classe. Somente com independência de classe, podemos avançar na construção de um sindicato classista e combativo, com democracia sindical e lançando mão de nossos métodos históricos de luta. O 33º Congresso do SINPEEM precisa ser o baluarte dessa recuperação, não podemos aceitar o distracionismo e a alienação impostos pela burocracia em silêncio.

## POR UM 33º CONGRESSO DO SINPEEM, INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVO

### DEFESA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

A crise capitalista, as tendências bélicas e a luta de classes mundiais influenciam diretamente na conjuntura nacional e impulsionam as contradições entre as classes. A destruição de forças produtivas mundiais, a repressão aos movimentos, a violenta opressão nacional e as contrarreformas contra a vida das massas são os métodos da burguesia mundial para manter seus lucros, destruindo nações, oprimindo povos, super explorando e demitindo assalariados.

Essa política da burguesia mundial condiciona e determina as medidas de todos os governos burgueses, sejam de esquerda ou de direita.

A correta caracterização dessas tendências permite estabelecer um plano de lutas com os métodos e as táticas mais adequadas para avançar na luta pelos empregos, direitos e salários, e para dar passos na nossa emancipação de classe. Além disso, é na nossa organização de classe – o sindicato – que podemos construir e fortalecer o internacionalismo proletário, impulsionando ações efetivas e com os nossos métodos para abrir caminho à luta de classes contra os ataques perpetrados

**U**m congresso sindical que preze por esses princípios da luta de classes tem como principal tarefa a aprovação de um plano de lutas que arme os trabalhadores contra os ataques de qualquer que seja o governo eleito, seja o direitista de Ricardo Nunes/MDB ou de frente ampla burguesa Boulos/PSOL, disfarçado de esquerda. Dizemos isso, pois compreendemos que as prefeituras são parte da máquina governamental burguesa, de seu Estado, e só podem servir aos interesses da classe dominante, com um ou outro candidato.

Por isso, a defesa das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores só pode ser feita por meio da luta de classes, numa correlação de forças concreta, que se impõe pela maioria oprimida sob qualquer governo que ataque as condições de vida e trabalho dos assalariados.

Neste sentido, a Unidade Independente, Classista e Combativa comparece ao 33º congresso do SINPEEM, na defesa da organização coletiva dos trabalhadores, para enfrentar o arrocho salarial, o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho por meio de um plano de lutas que combine as necessidades mais sentidas da classe com os métodos próprios dos trabalhadores para conquistar suas reivindicações:

aos trabalhadores em nível mundial. Um exemplo disso é a necessidade dos sindicatos em discutir e propor medidas e ações de imediata solidariedade com a resistência palestina, contra o genocídio do enclave imperialista, Israel, e convocar os trabalhadores da educação a participarem dos atos em defesa do povo palestino. O proletariado, os camponeses pobres, os assalariados e a juventude oprimida, por toda parte, se colocaram do lado dos palestinos contra o sionismo e o imperialismo. A nossa luta é para que nosso sindicato também seja expressão dessa luta de classes mundial, e rompa com o immobilismo e subordinação das direções sindicais ao governo burguês cúmplice do genocídio.

*O proletariado é internacional. Nossa luta também deve ser!*

*Pela destruição de Israel! Que os sindicatos e centrais atuem para parar a máquina genocida, com greves, piquetes e boicotes!*

### A REAL INDEPENDÊNCIA DE CLASSE:

Os sindicatos devem ser independentes política e organizativamente de todos os governos burgueses, do Estado e dos partidos políticos da burguesia. O que significa dizer que não podemos admitir que a direção do SINPEEM exerça a política de conciliação de classes, negociando migalhas com os governos às costas dos trabalhadores, enquanto os mantém desmobilizados;

### ORGANIZAR A VANGUARDA CLASSISTA SOB O PROGRAMA E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA:

Oposição revolucionária aos governos burgueses, fazendo esse confronto com os métodos da luta de classes historicamente construídos (ação direta);

### UNIFICAR AS LUTAS DOS EXPLORADOS E OPRIMIDOS,

Sob um plano comum de reivindicações, em defesa dos empregos, salários, moradia, saúde, transporte público, etc. O princípio da solidariedade de classe e de fortalecimento das lutas exige que as entidades sindicais respondam de forma unitária às reivindicações dos trabalhadores.

### DEMOCRACIA OPERÁRIA:

Pleno funcionamento de todas as instâncias deliberativas de base. Defendemos o direito de os trabalhadores debaterem e decidirem, coletivamente, sobre todos os assuntos que digam respeito à vida interna do sindicato e à luta pelas reivindicações.

### EMPREGO E ESTABILIDADE A TODOS! ABAIXO A TERCEIRIZAÇÃO! PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS TRABALHADORES TERCEIRIZADAS, COM ESTABILIDADE E ISONOMIA DE DIREITOS! FILIAÇÃO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS E UNIDADE NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA.

A defesa do emprego a todos com isonomia salarial e de direitos é um princípio de solidariedade de classe, pois os trabalhadores só possuem a sua força de trabalho

para garantia da sua sobrevivência. A terceirização se tem apresentado como um mecanismo sofisticado da burguesia para potencializar a superexploração, jogando uma parcela cada vez maior no desemprego ou subemprego crônico. Por isso, a defesa do emprego a todos na atual conjuntura política e econômica passa necessariamente pela luta contra a terceirização do trabalho, com medidas concretas e imediatas, que ataquem a espinha dorsal dessa política, com a efetivação dos terceirizados.

### ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICA DE CONVÊNIOS POR MEIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA!

São inúmeras as formas de privatização impostas pelos governos; o exemplo mais concreto na rede municipal é a política de convênios para atendimento das crianças de 0 a 3 anos, que ultrapassa 85% da demanda sendo atendida na rede parceira (conveniada e indireta), gestão privada financiada com dinheiro público. Uma verdadeira “máfia das creches”, que acumula uma série de denúncias de desvio de verba, contratos ilícitos, prédios precários, etc. Além de contratar professores com jornadas maiores e salários menores que os demais professores da rede.

Essa forma de privatização avança com a entrega da gestão dos CEUs às parcerias público-privadas, e mais recentemente a gestão da EJA do ensino médio para o SESI, que implicará na terceirização da contratação de professores pelo SESI, além de terceirizar a compra de material pedagógico próprio e uso das “tecnologias educacionais” com “orientador de educação digital” e seu portal do aluno (ambiente virtual de aprendizagem).

Outra forma de privatização que já avançou na rede estadual, e começa a ser introduzida na rede municipal, é a plataformaização, compra de plataformas digitais e conteúdo para implantação do ensino a distância como parte da grade curricular.

### REAJUSTE REAL DE SALÁRIOS

A alta inflacionária tem implicações diretas na carestia de vida, com a elevação permanente dos custos dos produtos e serviços de necessidade básica, o que exige a luta por reajuste real de salário automático a cada aumento dos preços, bem como que nenhum trabalhador ganhe menos que um salário-mínimo necessário para manutenção de uma família de até quatro pessoas (o cálculo atual do DIEESE é de R\$ 7.000,00).

### PELA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E MELHORIAS PERMANENTE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ENSINO! AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL!

A luta pela melhoria das condições de trabalho e manutenção das conquistas trabalhistas deve ser permanente, o que significa dizer que os trabalhadores precisam levantar-se contra qualquer tentativa de retirada de direitos ou de rebaixamento das conquistas trabalhistas, a exemplo da intenção do governo de transformar os salários em subsídios, atacando direitos conquistados, como quinquênio, sexta-partida e evoluções funcionais.

Tratar das condições de trabalho passa pela defesa da ampliação do quadro de pessoal, pois o quadro insu-

ficiente de trabalhadores em cada um dos segmentos é mais um elemento de precarização do trabalho, potencializado pela política de terceirização, como já mencionamos acima.

A exigência de melhoria das condições de trabalho e de ensino também nos coloca a necessidade de lutar pela garantia de suporte adequado para o atendimento dos estudantes com deficiências e transtornos do desenvolvimento, pois sabemos que o AEE na rede está cada vez mais precarizado, sem nenhum suporte direto aos profissionais da educação no atendimento aos bebês/crianças/adolescentes público da educação especial; isto se dá principalmente em função da política de terceirização imposta pelos governos, que visa a cortar gastos com a educação, e por isso atribui autonomia às empresas, como a SPDM e CIEE, e não às unidades escolares, que conhecem de fato as reais necessidades para o AEE. Por isso, denunciamos a política de terceirização imposta pelo governo, e defendemos:

- *Exigimos suporte técnico nas escolas com profissionais de carreira/efetivos;*
- *Defesa e ampliação das EMEBS em todas as regiões;*
- *Política de busca na rede para identificar, orientar e matricular o mais rápido possível as crianças e bebês surdos nas EMEBS, a fim de garantir o direito ao ensino bilíngue;*
- *Materiais didáticos e avaliações que respeitem e considerem o currículo bilíngue;*
- *Oferta e políticas de incentivo ao ensino de libras para as famílias dos estudantes surdos.*

## VIOLENCIA NAS ESCOLAS

É preciso compreender que a raiz da violência é a opressão de classe e que, portanto, suas manifestações são inerentes ao sistema capitalista, ditadura da burguesia contra a maioria oprimida.

Como parte dessa estrutura mais ampla da opressão de classe da burguesia, nas escolas se manifesta o sucateamento das condições de trabalho e ensino, o aumento da pressão por resultados nas avaliações externas, e os retrocessos impostos pelas reformas Trabalhista, da Previdência e da Terceirização, que implicou a ampliação da precarização do trabalho (contratos extremamente precarizados da limpeza e cozinha, arrocho salarial aos servidores, exigência de maior tempo de trabalho para concessão da aposentadoria, confisco as aposentadorias, dentre outros).

Neste sentido, a luta contra violência nas escolas deve partir das reivindicações mais sentidas da classe: emprego a todos, salário (compatível às necessidades básicas de uma família), direitos e condições adequadas de trabalho e estudo.

Portanto, é necessário rejeitar as saídas burguesas que apontam para o policiamento nas escolas, medidas paliativas como formação com psicólogos, ou ainda as

reacionárias campanhas pela Paz em abstrato. Os métodos devem ser o da luta de classes, construídos a partir da unidade entre trabalhadores, estudantes e comunidade escolar, em assembleias convocadas pelos sindicatos e centrais sindicais. A autodefesa só pode ser construída na luta direta contra a opressão capitalista.

## Pela Revogação do Decreto 62.555 e da IN SME nº 24/2023

## ABAIXO AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES!

A implantação de escolas cívico-militares expressa a direitização da política burguesa, marcada pelo crescente autoritarismo, o controle ideológico e político sobre os movimentos, e a violência do Estado burguês dentro das escolas, reflexo da militarização das relações sociais entre os explorados e oprimidos com a burguesia e seus governos de turno.

Com a transformação das escolas em cívico-militares, não haverá melhoria dos índices de escolaridade ou educativos. Só aumentará a vigilância e autoritarismo sobre o trabalho dos professores, aprofundará a destruição da liberdade de cátedra, de pensamento e de crítica, princípios fundamentais da educação pública.

## OUTRAS REIVINDICAÇÕES:

- *Mobilização de base permanente, através das regiões nas subsedes (já aprovada em Congresso).*
- *Prestação de contas e dos bens adquiridos pelo sindicato.*
- *Fundo de greve permanente e administrado por um conselho com participação da base.*
- *Reabertura de salas fechadas. Abaixo o projeto de escola de tempo integral! Organizar a luta coletiva contra o SPI!*
- *Abaixo a reforma do ensino médio!*
- *Pela revogação das contrarreformas Trabalhista, previdenciária e lei da Terceirização.*
- *Pela revogação do decreto 62.555/2022, que ataca o direito às férias!*
- *Fim do confisco de 14% aos aposentados.*
- *Organização da luta com os métodos da ação direta, da luta de classes, com grandes manifestações, greves e ocupações de prédios e avenidas.*
- *Realização de assembleias de base permanentes, para que a classe delibre e organize coletivamente os movimentos de enfrentamento aos ataques do governo.*



INDEPENDENTES